

Os discursos políticos na pandemia e a gestão em saúde

RAQUEL ANDRADE E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

MARCO AURÉLIO MARQUES FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Os discursos políticos na pandemia e a gestão em saúde

1. Introdução, Problema de Pesquisa e Objetivo

Em primeira análise, este trabalho está inserido no contexto turbulento de combate à pandemia instaurada no mundo e no Brasil, uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, agente da família coronavírus descoberto em dezembro de 2019. A rápida proliferação por quase todos os países do mundo fez com que líderes governamentais se reinventassem no combate a essa doença. Especialmente medidas de gestão em saúde são debatidas e colocadas em prática em diferentes lugares do mundo

A gestão engloba os processos políticos implicados com a formulação e a decisão sobre os caminhos a serem tomados. Pela gestão, perpassam, também, questões referentes aos desejos, necessidades, interesses dos sujeitos envolvidos, saberes inseridos nos processos de trabalho e o próprio poder inerente ao cargo ocupado pelo representante eleito chefe do Poder Executivo.

Os discursos por meio dos pronunciamentos oficiais, especialmente desde 12 de março de 2020, foram o principal meio de comunicação entre os líderes mundiais e os cidadãos. Diferentes chefes do governo usaram veículos virtuais para fazerem orientações, pronunciamentos sobre as diretrizes de combate à doença e outros temas. Só no Brasil já são mais de mil vídeos contendo os discursos oficiais de Governadores, Prefeitos e do próprio Presidente da República. Todos esses vídeos encontram-se disponíveis nos sites oficiais do governo ou em plataformas de compartilhamento de dados audiovisuais como o Youtube.

Nesse sentido, historicamente, existe relação entre política, poder e discurso. Para (Aristóteles 2015, 1355a) a construção de um argumento discursivo depende de um comando para uma ação, que por sua vez de ser política. Em (Weber 2015), política seria a direção ou a influência exercida sobre a direção de uma associação política, o que hoje se refere à Estado. O Estado por sua vez representa o *locus* de dominação (poder) de homens sobre homens apoiada sobre uma legitimidade. Essa legitimidade, de acordo com (Weber 1982) pode ser carismática, tradicional ou legal. Nesse sentido, o discurso é o fator comum em todas as formas de legitimidade.

O problema que norteia esse trabalho é: Qual a relação entre os discursos políticos e a gestão em saúde no contexto da Covid-19 no Brasil? A questão principal, portanto, é a relação entre o campo de manifestação política por meio dos discursos e as decisões em gestão em saúde no contexto da pandemia causada pelo COVID-19 no Brasil.

Intenta-se pesquisar o discurso do chefe do poder executivo de três estados brasileiros - Minas Gerais, Amazonas e Ceará - com a intenção de perceber se, de fato, no interior das práticas discursivas as palavras apontam para ações e programas que se concretizam, ou, pelo contrário, se o discurso das autoridades não encontra correspondência nas ações planejadas e executadas. Alguns pressupostos serão investigados: os discursos, enquanto campo de manifestação política, se relacionam totalmente/parcialmente com as medidas legais tomadas no campo da gestão; ou os discursos, no contexto da pandemia, manifestam-se como mera oratória política não tendo relação com o campo de atuação da gestão.

Pesquisas empíricas nacionais nessa perspectiva foram realizadas, (Andrews CW, Kouzmin A. 1998) analisam o discurso do Bresser-Pereira e sua relação com a reforma administrativa da década de 1990. (Sulti et al 2005) investigam o discurso dos gestores da Estratégia Saúde da Família sobre a tomada de decisão na gestão em saúde, (Gondim 2009) aborda aspectos teóricos e práticos da análise do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. Já (Gomes e Andrade 2009) e (Almeida e Gomes 2018) abordam o poder exercido

pela linguagem e indicam que o discurso pode ser um método útil para se capturar as estratégias de poder dos atores em processos decisórios.

No contexto da pandemia da Covid-19, algumas pesquisas internacionais investigaram o comportamento político de alguns países no combate à pandemia, em especial (Mason 2020) o qual analisa o futuro da Europa sob a perspectiva da tomada de decisão de políticos que usam a pandemia para tomarem decisões autocráticas e colocam em risco a democracia de alguns países. De acordo com (Limaye et al. 2020) diferentemente das demais pandemias, a Covid-19 está se espalhando por um mundo altamente conectado, a propagação do vírus pode ser diferente por meio dos usos adequados dos veículos de informação, principalmente os recursos audiovisuais. Sob o mesmo argumento (Brennen et al. 2020) ressaltam a importância de filtros governamentais na propagação de informações relevantes sobre a doença. Sob o aspecto empírico (Pfrimer e Barbosa 2020) analisam as estratégias em gestão do Presidente da República brasileiro Jair Bolsonaro e destacam que os seus discursos e as suas mensagens têm implicações irreversíveis no combate à pandemia em nível nacional.

Além da presente introdução, o trabalho constitui-se da explanação teórica acerca da relação entre discurso, poder e política; as considerações metodológicas que perpassam a explicação da abordagem qualitativa, análise de conteúdo e análise lexicográfica com o auxílio do *software* IRAMUTEQ e os resultados encontrados.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Discurso, política e poder: fundamentados da sua correlação

Max Weber, na clássica conferência de 1919, *Política como Vocação*, concebe a política enquanto a diretriz que envolve o fenômeno do poder. Especificamente, a política pode, segundo o sociólogo alemão, ser caracterizada como a influência ou a efetiva realização do poder, exercido no interior de uma associação política, cuja maior expressão é o Estado (Weber 2015). O Estado, portanto, é o *locus* privilegiado de atuação do poder, que, por sua vez, pode ser compreendido como a capacidade que a vontade possui de conduzir outra. Para que o poder tenha a possibilidade de conduzir uma vontade rumo a um destino específico, é necessário que a vontade condutora seja reconhecida e aceita enquanto tal (Salgado 1996). O poder político apoia-se, assim, na legitimidade para obter a sua justificação. O Estado, para Weber, é aquele em que se observa o monopólio ou a possibilidade de uso da violência física, porém legítima, ou seja, aceita e reconhecida por seus destinatários (Weber 2015).

Para que o poder, no interior de um Estado, seja marcado pela legitimidade, é possível valer-se três modelos de justificação - o tradicional, o carismático e o burocrático.

Em primeiro lugar, a autoridade do “eterno ontem”, do costume santificado por meio de uma validade imemorial e de um posicionamento consonante com o hábito com vistas à sua manutenção. Domínio “patriarcal”, tal como o patriarca e o príncipe patrimonial de uma antiga cepa o exercitavam. Em segundo lugar, a autoridade do dom pessoal extraordinário, da graça (carisma), a entrega totalmente pessoal às revelações, ao heroísmo e a outras propriedades de liderança de um indivíduo particular: domínio “carismático”, tal como ele é exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo príncipe guerreiro eleito ou pelo imperador plebiscitário, pelo grande demagogo e líder partidário político. Por fim, temos o domínio graças à “legitimidade”, graças à crença fundamentada pelas regras racionalmente criadas, ou seja, graças à crença na validade da disposição para a obediência no cumprimento de deveres instituídos: um domínio, tal como ele é exercido pelo moderno “funcionário do Estado” e por todos aqueles suportes do poder, que se assemelham a ele nesse aspecto (Weber 2015).

Os modelos de legitimação do poder político estatal, em qualquer uma de suas formas de caracterização, requerem a adesão dos destinatários racionalmente constituída, ou seja, há deliberação e escolha pelos particulares no sentido de se deixarem conduzir pelo poder. Daí se

dizer que o poder legítimo é construído tem à sua base o raciocínio linguisticamente estabelecido, aqui denominado de discurso. Há, portanto, uma relação próxima entre poder, discurso e política, que exsurge a partir do mundo antigo.

Desde os gregos se investigam a natureza e a propriedade do pensamento discursivo, ou do pensamento que se exterioriza em palavra – o discurso ou o *logos*, na expressão originária. Em Platão, a palavra sempre remetia para algo que fazia dela especificamente aquela palavra e não outra – a palavra expressava o apalavrado, aquilo de que ela, palavra, era palavra: o *logos tynós* (Casanova 2013). Assim, por exemplo, o termo “cidade” era a manifestação sensível da ideia de cidade, que aparecia em meio ao discurso. As palavras sempre se ligavam a essências eternas e imutáveis que orientavam a articulação sensível entre palavra, som e apalavrado, por mais que o discurso sensível nunca fosse capaz, de forma definitiva, de expressar completamente a palavra essencial – a palavra cidade não seria capaz de fazer aparecer todas as cidades possíveis, apenas alguma ou algumas em específico (Casanova 2013).

Por outro lado, entre os próprios gregos, como na sofística, a relação entre discurso e realidade, palavra e coisa, começa a ser criticada. Para os sofistas, não há relação entre palavra e coisa, ou seja, o ato de denominar cada coisa por seu respectivo nome é puramente arbitrário – tomando-se o mesmo exemplo empregado, o objeto sensível cidade tem esse nome e não outro porque alguém, em um determinado momento, assim a denominou de forma puramente arbitrária, e, a partir de então, continuou-se a tradição de uso da expressão (Jaeger 1986).

Rivalizam, como explica (Jaeger 1986), a partir daí, o convencionalismo sofístico e o essencialismo platônico. Além de defenderem a não aderência entre palavra e realidade, os sofistas afirmavam que a função das palavras e do discurso, enquanto encadeamento de palavras, é somente convencer, persuadir. Ao longo do pensamento ocidental, segundo (Grondin 1999), esse modelo ora é contestado (no estoicismo e em Santo Agostinho, por exemplo, para quem o discurso dito reflete o interior, o pensado) ou afirmado (no nominalismo medieval, por exemplo, que critica a existência de universais, essências, defendendo a particularidade singular das coisas e das palavras).

Decisivamente encontra-se em questão a arte política como a capacidade de se usar o discurso para falar bem e convencer os seus ouvintes a seguirem aquilo que se pretende, inaugurando-se a chamada tradição retórica. Funda-se, assim, a relação indissociável entre política, poder e discurso (Salgado 1996), cujo ponto privilegiado de expressão repousa em Aristóteles.

A política em Aristóteles é espaço da ação (*praxis*) que tem em vista a realização do bem por excelência. Bem é sempre o fim ou destino do agir. A *praxis*, ou ação que tende à realização do bem, possibilita, ao mesmo tempo, que o seu agente o efetive na realidade sensível e, também, que ele se aperfeiçoe ao promovê-lo: torna-se, portanto, melhor ao não somente fazer o bem, como ao viver no bem (Lima Vaz 2015). O bem, objeto do agir, ao permitir que o indivíduo obtenha o seu aperfeiçoamento (eudaimonia) em sua prática transforma o agir em ético, cuja máxima expressão é alcançada na política, pois a Pólis é o espaço de desenvolvimento do bem comum. O homem chega ao máximo de estágio de desenvolvimento enquanto animal político, cidadão (Salgado 1996). A ação política pode se conduzir de forma virtuosa, tendo por base a prudência, ou retoricamente, constituída a partir da persuasão do argumento verossímil, e não puramente verdadeiro (Aristóteles 2015, 1355a).

A retórica, em Aristóteles, surge como a arte ou a técnica da persuasão ou convencimento racional. Essa capacidade de persuasão, que faz da retórica uma arte, é exercida, claro, através do recurso à razão discursiva ou ao *logos*. Isso significa dizer que a persuasão é conquistada, estabelecida a partir do momento em que o orador se vale de provas ou raciocínios que levam em conta as particularidades discursivas – o silogismo retórico ou entinema (Perelman e Olbrechts-Tyteca 1996). As provas da persuasão discursiva, para Aristóteles, podem ser de três espécies – a que leva em conta o próprio orador e seus caracteres, a que se

apoia na disposição dos ouvintes, e aquela centrada no próprio discurso, em si mesmo considerado:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão. Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir a emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só desta que, dizíamos, se tentam ocupar os autores atuais de artes retóricas. “[...]. Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2015, 1356a, p. 63).

As três provas do raciocínio retórico acima apresentadas, portanto, são constituídas quando, em meio e a partir do discurso, são realçados, a fim de obter-se a persuasão do auditório, a própria figura do orador, as emoções despertadas pelas palavras ou o conteúdo articulado daquilo que é dito no interior do dizer: respectivamente *ethos*, *pathos* e *logos* (Martins Moreira 2018). O *ethos* é a modalidade de prova em que a figura do orador coordenada o procedimento discursivo, despertando no ouvinte a possibilidade de este conceder àquele a dignidade da fé ou o voto de confiança, ou seja, aquilo que é dito merece ser considerado pois o orador pode ser destacado como capaz de despertar a confiança naqueles a que se dirige a fala. Já o *pathos* envolve a habilidade e, ao mesmo tempo, a capacidade de o discurso manipular as emoções do auditório ao ponto de estes deliberarem, decidirem e, sobretudo, agirem segundo aquilo que lhes é dito. Afinal, o *logos* representa a capacidade de se ouvir e se guiar por aquilo que é veiculado argumentativamente pelo próprio corpo do discurso – as informações, suas características, a pretensão ou alcance da verdade ou da verossimilhança do argumento são os componentes marcantes do *logos*.

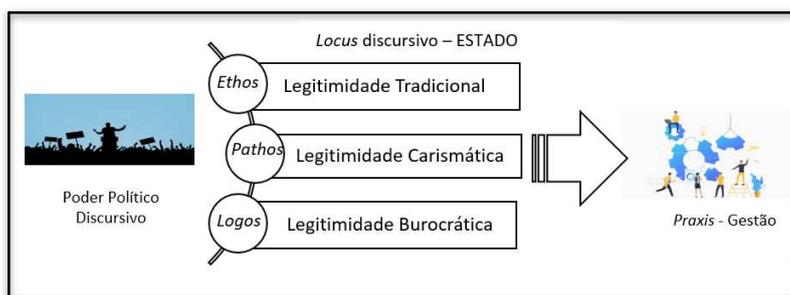


Figura 1: Modelo analítico teórico.

Por fim, o esforço desse trabalho é unir diferentes perspectivas teóricas - Teoria da Construção do Discurso de Aristóteles e Teoria da Legitimidade Weberiana com a análise empírica (discursos políticos na pandemia) conforme representado pela figura 1. Os políticos (governadores) em seus discursos inseridos no *locus* discursivo (Estado) por meio das diferentes legitimidades (tradicional, carismática e burocrática) usam de distintas práticas (*ethos*, *pathos* e *logos*) às quais podem ou não se relacionar com a tomada de decisão em gestão.

3. Metodologia

A abordagem metodológica é qualitativa, foram utilizados na pesquisa dados primários audiovisuais (transcrição dos discursos) dos canais oficiais de três estados brasileiros (Minas Gerais; Ceará e Amazonas). Também foram coletados para análise, dados primários oriundos da produção normativa do chefe do Poder Executivo dos estados escolhidos. O universo de análise compreende os discursos e os decretos do Poder Executivo a nível estadual no contexto da pandemia entre os meses de março a junho de 2020.

Dentre os estados com o maior número de infectados pelo COVID-19 em junho de 2020, encontravam-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Amazonas de acordo com dados oficiais governamentais (Painel Coronavírus Atualizado em: 16/06/2020ⁱ). Porém, quando analisado o número de casos proporcional ao número de habitantes (mais de 10 mil) os estados com o maior número de infectados em 16/06/2020 eram: Maranhão, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em virtude da dinâmica fluída da doença, o número de infectos e obtidos muda constantemente o que fez com que os autores criassem critérios para a seleção do universo de análise. Foram elencados três critérios que levaram à escolha dos estados de Minas Gerais, Ceará e Amazonas: número de infectados proporcionalmente ao número de habitantes (mais de 10 mil); estados de regiões diferentes para democratizar a análise e estados com um número de discursos considerável para a análise proposta.

ESTADOS	Canal Institucional-Dados Audiovisuais	DECRETOS – chefe do Poder Executivo
MINAS GERAIS	Discursos do Canal do Youtube SaúdeMG SES-MG.	Decretos nº 113; 10.277; 10.282; 10.283; 10.289; 10.300; 10.311; 10.329; 10.329; 10.344; 10.360; 10.384; 47.886; 47.889; 47.890; 47.891; 47.896; 47.901; 47.904 do mês de março. Decretos nº 47.932; 47.940; 47.911; 47.914 do mês de abril. Decretos nº 47.946; 47.966 do mês de maio. Decretos nº 47.976; 47.977; 47.982 do mês de junho.
AMAZÔNAS	Discursos do Canal do Youtube Governo do Estado do Amazonas.	Decretos nº 42.061; 42.063; 42.084; 42.085; 42.087; 42.098; 42.099; 42.100; 42.101; 42.104; 42.105; 42.106; 42.117; 42.126; 42.127; 42.134; 42.14; 42.146 do mês de março. Decretos nº 42.158; 42.165; 42.166; 42.167; 42.176; 42.185; 42.186; 42.193; 42.196; 42.216; 42.247 do mês de abril. Decretos nº 42.278 e Decretos do dia 04, 11 e 28 de maio de 2020.
CEARÁ	Discursos do Canal do Youtube Governo do Ceará.	Decretos nº 33.510; 33.512; 33.519; 33.521; 33.523; 33.525; 33.526; 33.527; 33.530; 33.532; 33.534 do mês de março. Decretos nº 33.536; 33.537; 33.544 do mês de abril. Decretos nº 33.574; 33.594; 33.595 do mês de maio. Decretos nº 33.617 e 33.627 do mês de junho.

Quadro 1: Síntese dos dados primários coletados até o dia 10/07/2020.

A abordagem do artigo é qualitativa, foi realizada a análise lexicográfica dos discursos dos governadores com o auxílio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour ler Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Dentre as inúmeras funções do IRAMUTEQ, foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ela analisa as Unidades de Contexto Elementar (UCE) com vocábulo semelhante, a partir disso organiza os dados de forma esquematizada, que permite compreender as expressões e palavras utilizadas nas obras analisadas. O que vai definir se esse agrupamento de palavras tem representação social é a interpretação desse resultado e a sua relação com o plano de cada pesquisa.

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Síntese das formas de dominação Weberiana	Síntese da Teoria da Construção do Discurso Aristóteles	
Legitimidade Carismática	<i>ETHOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Virtudes do orador; • Comandos para ação; • Credibilidade e valores do orador;
Legitimidade Tradicional	<i>PATHOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos; • Emoções; • Violência;
Legitimidade Burocrática	<i>LOGOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação das palavras; • Estratégia discursiva; • Verdade no dizer;

Quadro 2: Categorias de análise com base da fundamentação teórica.

Após a análise dos seguimentos dos vocábulos pelo *Software*, foi traçada a relação entre os discursos e as categorias de análise previamente estabelecidas conforme exposto no quadro 2. A categorização foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo categorial grade fechada conforme dispõe (Laville e Dionne 1999).

4. Análise dos resultados

4.1 Análise do Estado de Minas Gerais

Foram analisados os discursos oficiais do governador de Minas Gerais Romeu Zema (Partido Novo) entre os meses de março e junho de 2020. Compreendem o corpus: 3.071 segmentos de textos, 7.8017 formas e 127.949 ocorrências, a frequência média das formas foi de 40.696.516, originando cinco classes semânticas distintas, diante de todo material processado foi considerado 84,66% do corpus.

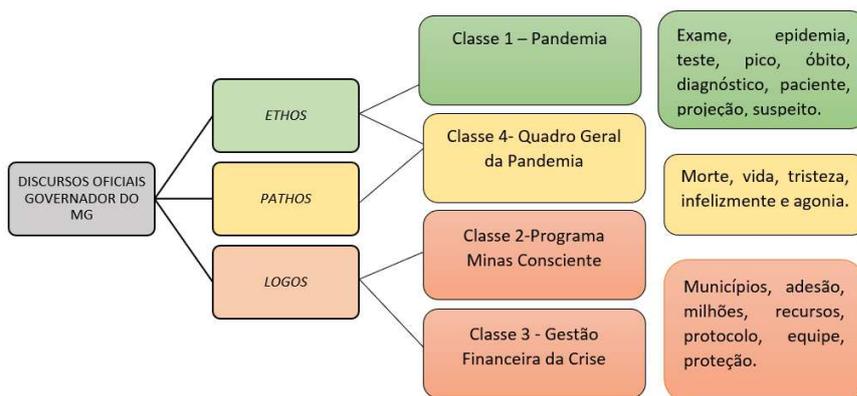


Figura 2: Fluxograma elaborada pela autora com base nos resultados do software IRAMUTEQ – Minas Gerais.

O *Software* indicou 4 classes. O corpus foi dividido em 2 subgrupos e em um segundo momento um subgrupo foi novamente dividido que resultaram nas classes 1 e 4; 2 e 3. Como já esperado, o *Software* pode gerar uma classe desagregada, ou seja, uma classe geral que não possui significância para a análise, mas as palavras aparecem com certa frequência dignas de

serem agrupadas, como é o caso da classe 5, a qual aborda uma parte do discurso mais técnica em que o governador dialoga com a imprensa.

A classe 1 possui 26,7% da variância total dos UCE, apresenta-se como a segunda classe mais representativa e pode ser chamada de “Pandemia”, nela são encontrados discursos sobre a análise geral da evolução da doença em minas – informações e transparência também ligadas à gestão.

[...] nós optamos por iniciar indicar o isolamento social porque tava mostrando que nós teremos um acréscimo de caso rápidos no estado o que aconteceu foi que com as ações de isolamento social nos tivemos um retardamento e essa curva deixou de ser verticalizada e começou a acender lentamente e até diminuiram nos últimos dias os casos isso para nós é muito importante porque mostra que o pico da curva ele foi retardado nós lhe dávamos com esse pico por volta do dia sete a onze de abril agora nos já temos uma projeção mais para o final de abril e início de maio [...]. Trecho do discurso do dia 01 de abril de 2020.

A classe 4 com 17,5% dos UCE, essa classe se apresenta intimamente ligada à classe 1 podendo ser chamada de “Quadro geral da pandemia”, o Governador faz a análise geral da evolução da doença em minas – informações técnicas sobre laboratórios, testes e compra de insumos hospitalares.

De acordo com a análise da representatividade das UCE observou-se a partir das Classes 1 e 4 que os discursos do governador de Minas Gerais assumem uma perspectiva do *ethos* discursivo do governador simbolizando a tomada de decisão sob o olhar da legitimidade carismática. Ou seja, as informações gerais sobre a pandemia e a forma com que ela tem se comportado em solo mineiro é usado para legitimar a tomada de decisão em outras instâncias. O governador usa dados gerais da doença em seus discursos para contextualizar o seu lugar de fala, trazer legitimidade à sua fala e também para abordar as ações que são feitas. Romeu Zema é filiado ao Partido Novo o qual se apresenta como um partido gerencialista e tecnicista.

Assim, as Classes 1 e 4, embora apareçam com a perspectiva de informações gerais sobre a doença e a sua forma de propagação, também apresentam elementos de gestão, como a transparência no relato do número de infectados, além de esclarecimento sobre a forma com que a doença está evoluindo no estado, o que contribui para a tomada de decisão das prefeituras, alinhando a relação entre o governador e os prefeitos.

Sob outra perspectiva, a classe 2 possui 26,9% da variância total dos UCE, mostrou-se como a classe mais representativa e pode ser intitulada de classe “Programa Minas Consciente”.

[...]o programa minas consciente ele dá a nós dá aos municípios orientações, direções para que todo e qualquer movimento em relação a retomada das atividades de produção das atividades econômicas devem ser feitas com o máximo de cautela e respeitando aquelas opiniões que aquelas constatações que foram colocadas pelos técnicos de maneira científica para que nós tenhamos o mesmo quadro que conseguimos manter até agora [...]. Trecho do discurso dia 07 de maio de 2020.

A classe 3 possui 12,8% da variância total dos UCE pode ser intitulada de “Gestão Financeira da Crise” abarca informações sobre a situação financeira do estado na pandemia, especialmente a alocação dos recursos públicos.

[...] o que que aconteceu nos últimos dias mais especificamente de da semana passada para cá, esse comportamento começou a reverter, ou seja, nós começamos a ter queda de arrecadação fechamos o mês de março 1 187 ponto 3 milhões negativos frente ao que a gente esperava arrecadar ou seja e 187

milhões a menos de recursos [...]. Trecho do discurso do dia 01 de abril de 2020.

De acordo com a correlação teórica apresentada por esse artigo a legitimação burocrática weberiana é aquela que se mais aproxima do *logos* discursivo, ou seja, a articulação das palavras nesse contexto representa a verdade do dizer ou a verdade no dizer. Assim, a legitimação burocrática é aquela que também pode ser analisada por meio da tomada de decisão por meio dos decretos do chefe do Poder Executivo. Importante ressaltar que a palavra gestão aparece 28 vezes e a palavra saúde aparece 734 vezes ao longo de todos os discursos indicando uma nítida preocupação do Governador com ambas realidades.

Sobre a análise dos Decretos de competência do Governador, desde março foram editadas trinta normas legais. No mês de março, com a chegada do vírus em Minas Gerais os primeiros decretos versaram sobre medidas de emergência e a instituição do comitê de crise para supervisão e monitoramento dos Impactos da Covid-19. Essas medidas também versaram sobre a definição dos serviços públicos e as atividades essenciais a fim de controlar o fechamento ou manutenção da abertura do comércio no estado.

Ainda nesse mês os decretos disciplinaram sobre autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e seus efeitos sociais e econômicos. Outros comitês foram criados, como o comitê gestor do plano de prevenção e contingenciamento em saúde do COVID-19 e o comitê gestor das ações de recuperação fiscal, econômica e financeira do estado de Minas Gerais.

Já no final do mês de março, por meio de um decreto reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente coronavírus. Seguindo essa mesma linha, nos meses de abril e maio o governador editou sucessivos decretos disciplinando ações de recuperação fiscal, econômica e financeira do Estado de Minas Gerais por meio dos comitês já criados, visando acompanhar e propor novas medidas em razão dos efeitos da pandemia.

O viés tributário e fiscal fica evidente nas edições dos decretos, em maio e junho foram regulamentados o pagamento de importantes impostos estaduais como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. Já no mês de junho, por meio de um decreto foi aberto o edital de processo de seleção para celebração de contrato de gestão relativo à área da saúde.

Nesse sentido, os discursos mineiros do governador se relacionam diretamente com a gestão, corroborando o primeiro pressuposto do artigo: os discursos, enquanto campo de manifestação política, se relacionam com as medidas legais tomadas no campo da gestão. No campo discursivo o *logos* é a instância que se relaciona com a burocracia e com a tomada de decisão.

As abordagens discursivas presentes nas Classes 2 e 3 (*logos*) que versavam sobre o Programa Minas Consciente e Gestão Financeira do estado na pandemia estão intimamente relacionadas com os decretos governamentais os quais foram criados, a priori, visando coordenar no primeiro momento o funcionamento de algumas atividades de comércio e assim evitar aglomerações, no segundo momento, os discursos e decretos visaram esclarecer a alocação de recursos necessários ao combate da doença e a preocupação com a arrecadação fiscal desses meses. Assim, o governador localiza o cidadão na crise fiscal, justifica o racionamento de recursos, legitima a tomada da sua decisão e depois apresenta as medidas que serão tomadas.

Percebe-se afinal que o governador mineiro se apropria nos discursos oficiais do *pathos* em poucas passagens, apenas na Classe 4 a qual também está conectada com o *ethos* discursivo. A pouca manifestação emotiva representa um zelo pelo tecnicismo e ela segurança nas tomadas

de decisão por parte do governador, o qual prioriza pelos canais oficiais discursivos apresentar dados técnicos sobre a pandemia Covid-19.

4.2 Análise do Estado do Ceará

Foram analisados os discursos oficiais do governador do Ceará Camilo Sobreira de Santana (Partido dos Trabalhadores). Diante de todo material processado foi considerado 69,7% do corpus.

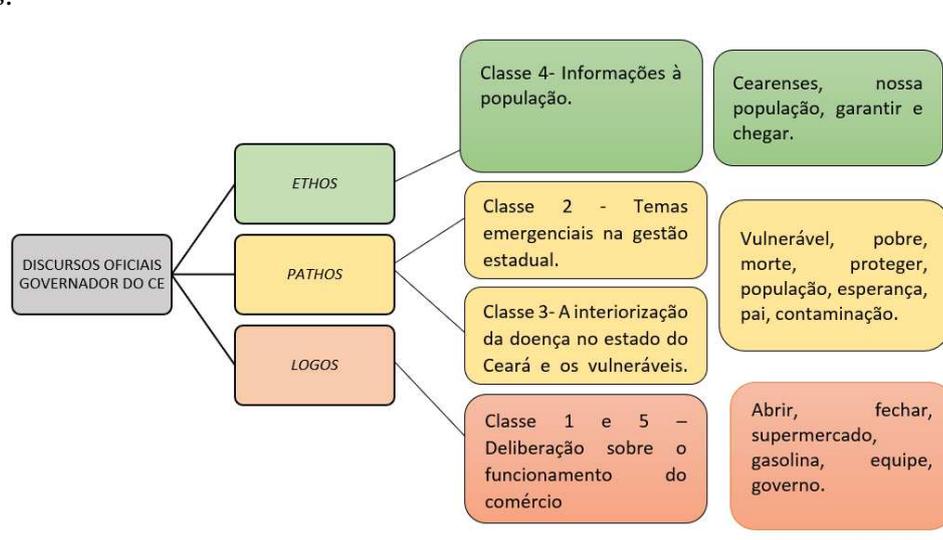


Figura 3: Fluxograma elaborada pela autora com base nos resultados do software IRAMUTEQ – Ceará.

Nesse escopo, o *Software* indicou 5 classes. O corpus foi dividido em 2 subgrupos e em um segundo momento um subgrupo foi novamente dividido que resultaram nas classes 4, 3 e 2; no outro subgrupo as classes 5 e 1.

A classe 2 apresenta 19,8 % dos UCE, a classe 4 possui 17,4% dos UCE e a classe 3 15,2% dos UCE, de maneira geral elas podem ser chamadas de “Temas emergenciais na gestão estadual: a interiorização da doença no estado do Ceará e os vulneráveis diante da pandemia” e “Informações à população”.

[...] trabalhando a equipe econômica do governo nos estamos trabalhando algumas medidas ne que nos anunciaremos em breve em relação primeiro algum cuidado importante para vamos ter que ter e da população mais vulnerável e no estado do ceara só que eles mais pobres aqueles que vivem e só são trabalhadores autônomos que não tem nenhuma renda [...].Trecho do discurso oficial do dia 21 de junho de 2020.

De acordo com a análise dos dados, a classe 4 apresenta-se alinhada ao momento do *ethos* discursivo do governador cearense aproximando-se da legitimação carismática proposta por Weber (2015). Percebe-se que em grande parte dos discursos o governador se preocupou em informar a população acerca da doença fazendo o jogo linguístico pautado na sua credibilidade e nos seus valores para conseguir persuadir o ouvinte, ou seja, o cidadão.

As classes 2 e 3 também apresentam notas de similitude com o *ethos* discursivo, principalmente a classe 3 também chamada de “Informações à população”, porém, preponderou nos discursos o *pahos* discursivo com uma correlação à legitimidade tradicional. A utilização de expressões como “morte, pobre, vulnerável” não tangenciam apenas o foco na tomada de decisão em prol dos vulneráveis, mas são temas expressam a habilidade e, ao mesmo tempo, a capacidade de o discurso manipular as emoções do auditório ao ponto de estes deliberarem, decidirem e, sobretudo, agirem segundo aquilo que lhes é dito.

A classe 5 possui 26,1% da variância total dos UCE e a classe 1 possui 21,7% da variância total dos UCE essas classes juntas podem ser chamadas de “Deliberação sobre o funcionamento do comércio no estado”. Percebe-se pelos discursos que a preocupação do Governador por ora estava centrada no fechamento de algumas atividades comerciais do Ceará e a manutenção de outras atividades essenciais.

[...] comércio ele vai abrir falei naquelas atividades que estão estabelecidas no plano é tanto comércio de rua como o comércio é que shopping nós teremos a abertura de ser das 12 às 20 horas isso é importante e não entendo no comércio a gente vai ter que observar também isso em breve tá é como dizer a apresentar que todas as atividades começam mesmo ter então assim como confio e dos transformação e 17 os serviços que faz serviço de 8 a 21 comércio [...]. Trecho do discurso oficial do dia 07 de junho de 2020.

Importante destacar que investigada a frequência das palavras gestão e saúde, não aparece em nenhum discurso a palavra gestão, a palavra saúde aparece 19 vezes. Nas classes 5 e 1 percebe-se a externalidade do *logos* discursivo, o qual está intimamente relacionado com a legitimidade burocrática e a tomada de decisão. No caso do governador cearense a articulação das palavras e a verdade do dizer estava centrada na gestão do comércio no âmbito estadual. Os discursos antecederam ou foram concomitantes com importantes decretos governamentais em prol do funcionamento do comércio.

Em relação aos Decretos editados pelo Chefe de Poder Executivo estadual, de acordo com a edição mensal entre março a junho foram encontrados os principais temas: em março no primeiro decreto foram abordadas informações gerais sobre a doença, já no segundo e terceiro decreto foi institucionalizada a quarentena e o isolamento social no estado com suspensão de atividades gerais do comércio que geram aglomeração de pessoas e contratação de servidores para as áreas da saúde. Outros decretos em março foram editados para prorrogar a vigência dos decretos anteriores estendendo as medidas de isolamento social no estado.

Todos os decretos do mês de abril versavam sobre o funcionamento de atividades essenciais do comércio respeitando o isolamento social. Já no dia 05 de maio foram intensificadas as medidas no estado, foi criado o “isolamento social rígido” equiparado ao “lockdown”, com proibição de circulação de carros particulares e deveres especiais de permanência residencial. Por fim, os decretos do mês de junho dispõem orientações gerais para o combate da pandemia no interior do estado trazendo a possibilidade de algumas cidades implementarem medidas próprias nesse combate, inclusive com a criação de barreiras sanitárias.

Os discursos se relacionam em parte com a tomada de decisão, existe uma preocupação muito grande com a gestão do funcionamento do comércio no estado, o que fica evidente nos discursos e na quantidade de decretos sobre essa temática, deixando de lado informações gerais sobre a saúde, como a construção de hospitais de campanha, compra de aparelhos de respiradores para Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), equipamento de proteção para médicos e enfermeiros e outros. Assim, o governador não apresentou com clareza dados da gestão em saúde e editou nenhum decreto versando sobre a temática, o que ficou a cargo do Poder Legislativo.

4.3 Análise do Estado do Amazonas

Foram analisados os discursos oficiais do governador do Amazonas Wilson Miranda Lima (Partido Social Cristão). Compreendem o corpus: 139 segmentos de textos, 1316 formas e 5659 ocorrências, a frequência média das formas foi de 40.712230 originando cinco classes semânticas distintas, diante de todo material processado foi considerado 82,01% do corpus.

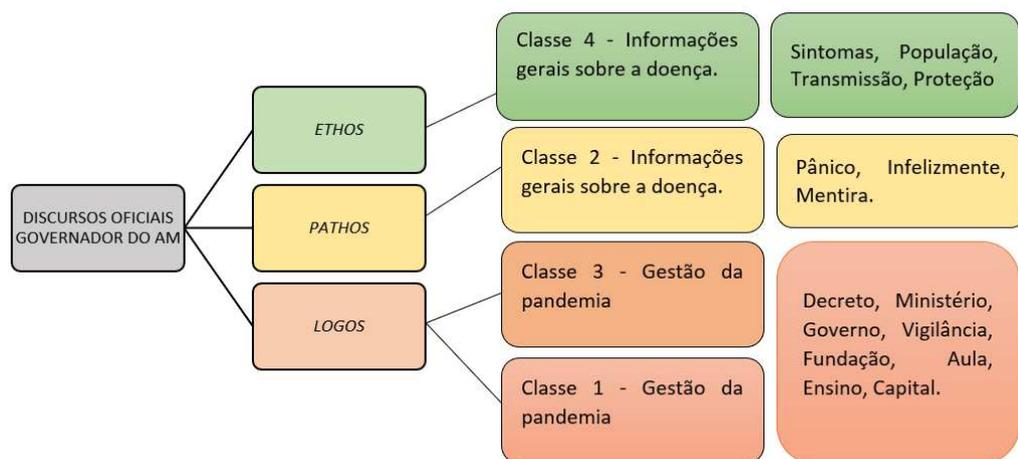


Figura 4: Fluxograma elaborada pela autora com base nos resultados do software IRAMUTEQ – Amazonas.

O *Software* indicou 4 classes. O corpus foi dividido em 2 subgrupos agrupando as classes 2 e 4; classes 1 e 3. A classe 4 apresenta 29,5% dos UCE, a classe 2 abarca 23,7% dos UCE ambas podem ser intituladas de “Informações gerais sobre a doença: sintomas, transmissão e proteção”. Ambas as classes representam uma parte significativa dos discursos do governador em que ele se preocupa em expor para a população características gerais da doença como os principais sintomas, orientações gerais sobre o combate à doença destacando a conjunção “porque”. Essa conjunção foi utilizada inúmeras vezes pelo fato de o governador estar ao longo dos discursos explicando sempre o motivo ou a justificativa de determinadas ações estaduais no combate à pandemia. Para ilustrar, vejamos:

[...] o novo coronavírus porque em oitenta por cento dos casos os sintomas vão ser muito leves então é necessário que nesse momento nós pensamos não apenas em nos mas também que nós pensamos no outro naquele outro que pode estar mais doente do que nós e que precisa ter a o atendimento garantido numa unidade especializada porque isso pode fazer a diferença entre esse paciente agravar ou não [...]. Trecho do discurso oficial do dia 17 de março de 2020.

A classe 4 é aquela que mais se aproxima do *ethos* discursivo, o qual o governador coordena o procedimento discursivo, despertando no ouvinte a possibilidade de este conceder àquele a dignidade da fé ou o voto de confiança. Ou seja, por meio de informações gerais sobre a doença o governador legitima a sua fala e reforça o dizer por meio do seu carisma e dos seus valores implícitos no jogo discursivo.

A classe 2 possui informações gerais sobre a doença, mas também apresenta o *pathos* discursivo, o qual representa a capacidade de o discurso manipular as emoções do auditório ao ponto de estes deliberarem, decidirem e, sobretudo, agirem segundo aquilo que lhes é dito. Termos como “pânico, infelizmente e mentiras” são repetidas a todo momento pelo governador, o qual explora as emoções o drama para convencer o cidadão de que a doença está se alastrando rapidamente pelo estado e cabe a cada cidadão zelar também pela sua saúde.

Já o outro subgrupo é composto pelas classes 1 e 3, a classe 1 apresenta 24,6% dos UCE e a classe 3 apenas 21,9% das UCE elas podem ser chamadas de “Gestão da pandemia”. A primeira classe versa sobre a tomada de decisão sobre o funcionamento do Estado: gestão do comércio, atividades (escolas e serviços). Já a última classe, com menor significância em palavras é a mais importante em termos de gestão em saúde, pois apresenta as principais decisões no nível estadual em consonância com o Ministério da Saúde.

[...] vale ressaltar que hoje o governo federal publicou no diário oficial da união o repasse que tá fazendo aos estados para o estado do Amazonas o repasse e da ordem de oito milhões e quatrocentos mil reais para que a gente possa com nós fomos inclusive nos dá a possibilidade de contratar pessoal para fazer esse reforço e a nossa preocupação tem sido principalmente com leitos de UTI [...]. Trecho do discurso oficial do dia 17 de março de 2020.

Importa destacar que analisada a frequência das palavras gestão e saúde, não apareceu em nenhum momento nos discursos oficiais a palavra gestão e a palavra saúde aparece 48 vezes.

Fica evidente que o *logos* discursivo está presente nas classes 1 e 3 as quais exploram a capacidade de se ouvir e se guiar por aquilo que é veiculado argumentativamente pelo próprio corpo do discurso. No caso do objeto dessa pesquisa, a gestão em saúde fica em segundo plano na prioridade do jogo linguístico do governador amazonense. Assim, infere-se que os discursos foram utilizados prioritariamente para informar sobre a doença, transmissão e cuidados. A única classe que aborda a gestão de fato em saúde é a que apresenta a menor relevância estatística (classe 3). Em contrapartida, o estado do Amazonas foi um dos estados que mais editou Decretos, o qual está relacionado com a legitimidade burocrática weberiana.

Em março, os primeiros decretos versavam sobre tratativas iniciais sobre o combate à pandemia no estado. Desse modo, de imediato foi criado o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19 e no dia 23.03 foi reconhecido o estado de calamidade pública. Concomitantemente foram suspensas as principais atividades que pudessem causar aglomeração de pessoas como eventos, bares e aulas presenciais. Importante destacar que a suspensão das atividades foi prevista para a capital e cidades do interior. Além disso, o governador ainda em março suspendeu viagens entre estados nacionais e viagens internacionais e ao longo das semanas subsequentes prorrogou as medidas iniciais a cada quinze dias.

Importa destacar que o estado do Amazonas, assim como outros estados da federação se atentaram sobremaneira à gestão do comércio, o governador chegou a institucionalizar a atividade de PROCON estadual no combate aos preços abusivos de álcool em gel e dispensou a licitação em compras. No final do mês de março e ao longo do mês de abril medidas foram tomadas dentro do Plano de Contingenciamento de gastos com a finalidade de promover ações que reduzissem o impacto da pandemia nas finanças públicas.

Por intermédio do Decreto n.º 42.193, de 15 de abril de 2020, foi declarado, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estado de calamidade pública, em todo o Estado do Amazonas e ainda no mês de abril foram editados sucessivos decretos versando sobre o funcionamento de atividades essenciais e não essenciais. Já no final do mês de abril estabeleceram novas medidas sanitárias, de modo a garantir a liberação gradual das atividades econômicas visando conciliar o retorno de algumas atividades e a segurança da população.

Cumpra destacar, que embora não aparecesse em nenhum discurso oficial a preocupação do governador com os cidadãos vulneráveis do estado do Amazonas, o governador instituiu o Auxílio Emergencial Amazonense no valor de R\$200,00 reais por três meses com os seguintes requisitos básicos: I - ter domicílio no Estado do Amazonas; II - ser maior de 18 (dezoito) anos de idade; III - não ter emprego formal ativo; IV - não ser titular de benefício previdenciário ou outra forma de renda.

O mês de maio teve pouca manifestação por decretos governamentais, a maioria deles prorrogou decretos anteriores sobre o funcionamento do comércio e a suspensão de algumas atividades essenciais. Interessa notar que no dia 11 de maio o estado decretou luto oficial por ter atingido mil óbitos por COVID-19, mas de forma contraditória no dia 28 foi lançado o cronograma de volta gradual às atividades econômicas em Manaus, desde que respeitadas as medidas sanitárias e condições, tais como, o distanciamento social.

Afinal, os discursos oficiais indicam que muitos líderes, como o governador do Estado do Amazonas usam das práticas linguísticas para explorar as legitimidades tradicional e carismática, deixando muitas vezes de lado a legitimidade burocrática por meio de práticas discursivas, o que não significa que medidas em gestão não foram tomadas.

Portanto, o governador ao reforçar informações gerais sobre a doença (classes 4 e 2) tentava contextualizar e explicar as formas de transmissão e proteção da doença. Em contrapartida, a gestão estava presente por meio da tomada de decisão (edição de decretos) aproximando o estado do Amazonas ao seguinte pressuposto da pesquisa: os discursos, enquanto campo de manifestação política, se relacionam parcialmente com as medidas legais tomadas no campo da gestão.

5. Conclusão

Por fim, o artigo apresenta contribuições teóricas e empíricas, pois uniu diferentes perspectivas teóricas - Teoria da Construção do Discurso de Aristóteles e Teoria da Legitimidade Weberiana com a análise empírica (discursos políticos na pandemia). Os políticos (governadores) em seus discursos inseridos no *locus* discursivo (Estado) por meio das diferentes legitimidades (tradicional, carismática e burocrática) apresentam distintas práticas discursivas (*ethos, pathos e logos*) às quais podem ou não se relacionar com a tomada de decisão em gestão.

Os discursos evidenciaram que o governador de Minas Gerais foi o que mais se destacou na gestão burocrática da pandemia, explorando estratégias discursivas que legitimassem a sua tomada de decisão, a maioria no campo da saúde. Já o governador do Ceará, foi o que menos explorou o *logos* discursivo focado na saúde, existiu uma preocupação muito grande com a gestão do funcionamento do comércio no estado, o que fica evidente nos discursos e na quantidade de decretos sobre essa temática. O governador do Amazonas, por sua vez, foi o que mais representou seus sentimentos e sua personalidade nos discursos usando essa estratégia comunicativa para explicar a dinâmica da doença no estado e com isso legitimar a tomada de decisão na gestão da saúde. Assim, todos os discursos dos governadores apresentaram relação com a tomada de decisão em gestão.

A partir deste trabalho novas ideias podem surgir, como a análise de outros discursos para além dos estados selecionados (MG, CE e AM), incluindo a metodologia análise do discurso, a qual requer uma refinada análise da ideologia, historicidade e linguagem dos governantes.

Vale ressaltar que o trabalho apresenta limitações, primeiro o curto lapso temporal em que ele foi desenvolvido (entre março e junho de 2020). Seguro, devido à dinâmica da pandemia no Brasil, que tem mudado de forma célere, limita a construção de um critério de escolha apurado em relação aos estados mais ou menos afetados pela doença. Desse modo, em nenhuma localidade no Brasil (no momento julho de 2020) a doença foi considerada controlada, o que exige novas medidas em gestão e tomada de decisão. Pode-se dizer que esse artigo representa uma realidade em mudança, mas sob uma perspectiva importante acerca da gestão de alguns estados no combate ao Covid-19.

6. Referência Bibliográficas

Almeida, L. A., & Gomes, R. C. 2018. Discurso e Poder na Formulação de Políticas Públicas Ambientais: O Caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Desenvolvimento em Questão*, 16(44), 133-167.

Andrews CW, Kouzmin A. 1998. O discurso da nova administração pública. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 45, pp. 97-129.

Aristóteles. *Retórica*. Trad. Manual Alexandre Júnio *et alli*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

Brennen, J Scott, Felix M Simon, Philip N Howard, and Rasmus Kleis Nielsen. 2020. *Types , Sources , and Claims of COVID-19 Misinformation*. Oxford University Press (April): 1–13.

Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. O. L., & Gonçalves, C. A. 2003. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 5(1), 0-0.

Casanova, Marco. 2013. *Eternidade frágil: ensaios de temporalidade na arte*. Rio de Janeiro: Viaverita.

Gomes, Alfredo M.; Andrade, Edson. F. 2009. O Discurso da Gestão Escolar Democrática: O Conselho Escolar em Foco. *Educação & Realidade*, 1, 83-102.

Gondim, S. M. G. 2009. O Discurso, a Análise do Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. *Cadernos Gestão Social*, 2 (1), 119-131.

Grondin, Jean. 1999. *Introdução à Hermenêutica Filosófica*. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Unisinos.

Jaeger, Wener. 1986. *Paidéia. A formação do homem grego*. Trad. Arthur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 246-255.

Laville, Christian; Jean Dionne. 1999. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ.

Limaye, Rupali Jayant et al. 2020. *Building Trust While Influencing Online COVID-19 Content in the Social Media World*. *The Lancet Digital Health* 2(6): e277–78. [http://dx.doi.org/10.1016/S2589-7500\(20\)30084-4](http://dx.doi.org/10.1016/S2589-7500(20)30084-4).

Lima, Vaz, Henrique Cláudio de. 2015. *Escritos de filosofia IV. Introdução à Ética Filosófica I*. São Paulo: Loyola.

Mason, Alex. 2020. *Europe' s Future: The Impact of Covid-19 on Populism*. International Development Research Network. (May).

Perelman, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. 1996. *Tratado da Argumentação – a Nova Retórica*. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

Pfrimer, Matheus Hoffmann, and Ricardo Barbosa. 2020. *Brazil's War on COVID-19: Crisis, Not Conflict—Doctors, Not Generals*. *Dialogues in Human Geography* 10(2): 137–40.

Salgado, Joaquim Carlos. Estado Ético e Estado Poiético. 1999. *Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais*, v. 30, jan./mar. Belo Horizonte. p. 37-68.

Saraiva, L. A. S., Pimenta, S. M., & Corrêa, M. L. 2004. Dimensões dos discursos em uma empresa têxtil mineira. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 57-79.

Sulti, Amanda Del Caro et al. 2015. O discurso dos gestores da Estratégia Saúde da Família sobre a tomada de decisão na gestão em saúde: desafio para o Sistema Único de Saúde. *Saúde debate* [online], 39 (104), 172-182.

Weber, Max. 2015. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret.

Weber, Max. 1892. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC.

ⁱ <https://covid.saude.gov.br/>